PROCESSO TC N.º **05837/22**

PENSÃO VITALÍCIA. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 362/2023

1. ORIGEM: Instituto de Previdência do Município de João Pessoa - IPMJP.

2. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):
2.1. BENEFICIÁRIO(S): José Marcelino da Silva – Vitalícia.
2.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):
2.2.1. NOME: Justa Miranda da Silva.
2.2.2. QUALIFICAÇÃO: Regente de Ensino I, matrícula nº 0336/20.329-7.
2.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, §7º inciso I e § 8º da CF/88 (Redação da EC 41/2003).
2.4. DATA DO(S) ATO(S): 29 de setembro de 2017 (fl. 7).
2.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO SEMANÁRIO OFICIAL: de 24 a 30 de setembro de 2017 (fl. 8).

2.6. AUTORIDADE EMITENTE: Superintendente do IPMJP

3. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

4. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão Vitalícia do(a) beneficiário(a) José Marcelino da Silva,** favorecido(a) do(a) servidor(a) falecido(a), Sr.(a) **Justa Miranda da Silva**, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da 1ª Câmara do TCE/PB. Sessão Presencial e Remota
João Pessoa, 02 de março de 2023.

Assinado 7 de Março de 2023 às 09:31

Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 7 de Março de 2023 às 19:57

Bradson Tiberio Luna Camelo
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO